



OBSERVATÓRIO
das Micro e Pequenas Empresas
no Estado do Rio de Janeiro

A VIRADA E SUAS REVIRAVOLTAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DO RIO DE JANEIRO

BOLETIM QUADRIMESTRAL | JANEIRO 2012





O título deste boletim, a concepção deste observatório e o seu conteúdo são frutos de inspirações do André Urani, que nos deixou, no imenso legado de conhecimento, idéias e realizações, uma luta incansável pelo Rio de Janeiro e por um desenvolvimento mais justo, baseado em micro e pequenas empresas.

SEBRAE/RJ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio do Janeiro

Rua Santa Luzia, 685 – 6º, 7º e 9º andares – Centro
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20030-041

Presidente do Conselho Deliberativo Estadual

Jésus Mendes Costa

Diretor Superintendente

Cesar Vasquez

Diretor de Desenvolvimento

Evandro Peçanha Alves

Diretor de Produtos e Atendimento

Armando Clemente

Gerente da Área de Estratégias e Diretrizes

Cesar Kirszenblatt

Coordenadora da Equipe de Estudos e Pesquisas

Norma Suely Cerqueira Mesquita

Equipe Técnica Responsável pela Pesquisa

Débora Ferreira Finamore
Juliana Velloso Durão
Patrícia Reis Pereira
Anna Luana Evelin D’Oliveira
Gabriela da Silva Caleia

**Instituição parceira no Observatório das Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro:
Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - IETS**

Equipe:

André Urani (Coordenador)
Adriana Fontes
Valéria Pero
Jully Ponte
Raphael Veríssimo
Kelly Miranda

Projeto Gráfico e Diagramação:

Maria Clara Thedim

SUMÁRIO

Apresentação	06
Opinião de Especialistas	11
<i>A Recuperação do Mercado de Trabalho e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro – João Saboia</i>	11
<i>Trajetória e Perspectivas do Emprego Formal e Informal na Cidade do Rio, na RMRJ e no Total do Estado – Mauro Osorio</i>	18
Conjuntura e análise	29
<i>O mercado de trabalho do Rio de Janeiro e os microempreendimentos</i>	29
Os Principais Números	46

APRESENTAÇÃO

O Rio de Janeiro é a bola da vez.

Após décadas de perda de representatividade no cenário político e econômico, fracasso das instituições, esgarçamento das relações entre o Estado, as empresas e o cidadão, o Rio finalmente entrou em uma trajetória ascendente.

O Rio de Janeiro vive um momento extremamente positivo com a retomada de investimentos públicos e privados e do crescimento econômico, abrindo uma janela de oportunidades para o desenvolvimento do Estado. As boas perspectivas para o Estado do Rio de Janeiro, com grandes projetos de investimentos para a Copa do Mundo, para as Olimpíadas e para a exploração do pré-sal, entre outros, nos levam a crer que mais do que nunca temos todas as condições de acelerar o ritmo de desenvolvimento.

As repercussões no mercado de trabalho podem ser vistas pela baixa taxa de desemprego e aumento da formalização. A maior reviravolta no mercado de trabalho do Rio, no entanto, é o crescimento da renda. Comparado com outras regiões metropolitanas do Brasil, o Rio se destaca com a maior taxa de crescimento entre 2003 e 2011, alcançando o patamar de São Paulo.

Apesar do cenário positivo, avançamos menos nos indicadores sociais. Isto porque o crescimento da economia fluminense nos últimos anos ainda está ancorado em um modelo de caráter concentrador com efeitos reduzidos na diminuição da pobreza e desigualdade no estado.

Os avanços dos indicadores do mercado de trabalho na RMRJ, com exceção da renda, também foram inferiores às outras regiões e o Rio ainda apresenta níveis próximos ao do Nordeste em várias dimensões. Alguns merecem destaque. O Rio continua com alta informalidade, relativamente poucas empresas de pequeno porte e com baixa participação do segmento industrial. A renda e qualificação dos empregadores estão aumentando, porém a proporção de pessoas que empreendem está diminuindo.

Apesar de se observar uma grande quantidade de micro e pequenos negócios no Rio, a grande maioria é de trabalhadores por conta-própria e a qualidade deixa a desejar, com reflexos sobre a geração de empregos formais. O dinamismo da economia fluminense após 2003 foi acompanhado por uma expansão do número de estabelecimentos, porém, inferior à média nacional e a outros estados. A persistência de elevados diferenciais salariais entre os empregados formais em MPE e os das grandes empresas aponta para o desafio de elevar a qualidade e a produtividade do trabalho nos estabelecimentos de menor porte para a diminuição das desigualdades no Estado.

O Rio está, de fato, dando uma virada, mas há aspectos fundamentais que ainda precisam ser mudados para imprimir um padrão de desenvolvimento mais justo. A hora é essa. Se soubermos aproveitar bem as oportunidades que se apresentam nos próximos quatro anos, sentiremos seus efeitos nos próximos 30 anos.

A análise do desempenho dos pequenos estabelecimentos e do mercado de trabalho no Rio de Janeiro mostra claramente que está faltando uma virada em relação à informalidade e ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas. É preciso uma agenda que estabeleça ações e metas para a formalização e desenvolvimento das pequenas empresas, que passa pelo aumento da produtividade dos trabalhadores e da competitividade das empresas. Ações nesse sentido têm sido colocadas em prática, mas com escala e escopo insuficientes e incapazes de promover avanços significativos nessa área.

A mudança de foco para micro e pequenas empresas deve fazer parte da nova agenda de desenvolvimento, uma vez que grande parte dos postos de trabalho é gerada neste tipo de negócio. O momento para melhorar a qualidade das MPE é oportuno e abre caminho para um modelo de desenvolvimento mais justo e abrangente para toda a população fluminense.

Esse é o papel de uma política estadual para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas no Estado do Rio de Janeiro.



OPINIÃO DE ESPECIALISTAS

A RECUPERAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

João Saboia¹

A partir de 2004, o mercado de trabalho do país mostrou uma melhora que pode ser analisada através das mais diversas fontes de dados como a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Entre as principais mudanças observadas podem ser mencionadas a forte redução das taxas de desemprego, o crescimento da população economicamente ativa e da população ocupada, o aumento da escolaridade, a elevação da remuneração do trabalho, a queda das desigualdades salariais e a redução da informalidade com aumento da carteira do trabalho assinada para os empregados no setor privado da economia.

¹. João Saboia é professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).

Há várias razões que explicam a recuperação do mercado de trabalho no Brasil. O crescimento da economia, embora não tendo sido excepcional, foi relativamente favorável nos últimos anos em comparação com o período anterior. A política de recuperação do salário mínimo contribuiu para a redução das desigualdades salariais e elevação do salário médio. Várias outras causas têm sido apontada para a melhoria do mercado de trabalho como o forte crescimento das exportações, a simplificação tributária para as pequenas empresas, o aumento e desconcentração do gasto social, o aumento e diversificação do crédito interno e uma maior eficácia das ações de intermediação de mão-de-obra. Pode-se ainda acrescentar o esforço das autoridades no sentido de um aumento da fiscalização das relações de trabalho tendo como consequência a regularização das contratações e o aumento da carteira assinada, especialmente nas regiões e setores mais atrasados do país.

Neste pequeno artigo discute-se a evolução do mercado de trabalho urbano do país no período recente de recuperação da economia a partir dos dados da PME nas seis regiões metropolitanas (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife), com destaque para a situação da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). É utilizado um índice desenvolvido pelo autor que aplica metodologia semelhante à do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas. Da mesma forma que no caso do IDH, o Índice do Mercado de Trabalho (IMT) varia entre zero e um. Quanto mais alto seu valor melhor é a situação do mercado de trabalho.²

A aplicação do índice aos dados da PME do período 2003 a 2010 confirma a melhoria generalizada no mercado de trabalho metropolitano, mostrando a situação mais favorável das RMs das Regiões Sul e Sudeste comparativamente à Região Nordeste.

Variáveis Utilizadas no Índice

A partir dos dados levantados pela PME foi selecionado um conjunto de variáveis. O critério utilizado foi a escolha de um número relativamente pequeno de variáveis que representassem as diversas dimensões do mercado de trabalho. As variáveis selecionadas podem ser classificadas em três grupos. Em cada um há uma variável considerada a principal referência do grupo, e duas complementares, que adicionam novas informações. Elas estão listadas a seguir. A primeira de cada grupo é a variável considerada principal e as demais são as complementares.

2. Ver metodologia em Saboia (2000) e Saboia e Kubrusly (2010).

A. VARIÁVEIS DE DESEMPREGO

- Taxa de Desemprego;
- Desemprego de Longa Duração (percentual de desempregados com 12 meses ou mais sem trabalho);
- Desemprego de Chefes de Família (percentual de chefes de família entre os desempregados).

B. VARIÁVEIS DE RENDIMENTO

- Rendimento Médio Real dos trabalhadores ocupados;
- Sub-remuneração (percentual de trabalhadores que recebem menos que o salário mínimo horário);
- Desigualdade (relação entre a remuneração média dos empregados com carteira assinada no setor privado e dos trabalhadores por conta própria).

C. VARIÁVEIS DE INSERÇÃO

- Formalidade (percentual de ocupados com carteira assinada);
- Sub-ocupação (percentual de pessoas sub-ocupadas por insuficiência de horas trabalhadas);
- Escolaridade (percentual de ocupados com 11 anos ou mais de estudo).

No caso das variáveis de desemprego, a informação básica é a própria taxa de desemprego. As variáveis complementares incorporam elementos que podem agravar a situação do desemprego – seu tempo de duração e a presença de chefes de família entre as pessoas desempregadas.

A principal estatística de rendimento é o valor médio real recebido no mercado de trabalho. Para medir a desigualdade e a baixa remuneração, foram incorporadas duas variáveis complementares. Foi escolhida como medida de desigualdade a relação entre os rendimentos

médios dos ocupados no setor formal (empregados com carteira assinada no setor privado) e no setor informal (trabalhadores por conta própria). Para verificar a importância da sub-remuneração no mercado de trabalho foi utilizado o valor do salário mínimo (SM) e informado o percentual de pessoas ocupadas recebendo menos do que o salário mínimo horário.

Para representar o nível de formalização no mercado de trabalho brasileiro, utilizou-se como estatística básica de inserção o percentual de ocupados que possuem carteira de trabalho assinada, representando a situação típica de participação do trabalhador no setor formal. Para medir a sub ocupação, foi utilizado o percentual de pessoas que trabalham menos de 40 horas semanais, embora desejem e estejam disponíveis para trabalhar mais. A última variável complementar considera o nível de escolaridade da população ocupada, a partir da exigência de ao menos o ensino médio completo para uma inserção favorável no mercado de trabalho.

Evolução do Mercado de Trabalho no Período 2003/2010 e a Posição sa RMRJ

A melhoria do mercado de trabalho segundo as nove variáveis selecionadas é inequívoca. Com exceção da variável que mede o percentual de trabalhadores que recebem abaixo do SM horário, as demais mostraram tendência de melhora. Por sinal, a razão para a piora nesta variável foi o excepcional aumento do SM no período.

Os resultados para o período podem ser ilustrados com as três variáveis principais no conjunto das seis RMs. A taxa de desemprego caiu de 12,4% para 6,7%, a remuneração média subiu de R\$ 1297 para R\$ 1598 (em reais de setembro de 2011) e o percentual de trabalhadores com carteira assinada aumentou de 44,3% para 51,0%.

A tabela apresenta o valor das nove variáveis nas seis RMs em 2003 e 2010. Tomando-se com referência os valores médios encontrados na RMRJ em 2010, verifica-se que nas estatísticas de desemprego ela apresentava o terceiro menor valor para a taxa de desemprego (6,3%), o segundo maior percentual de desempregados de longa duração (29,1%) e o terceiro maior percentual de chefes entre os desempregados (26,8%). No caso das estatísticas de remuneração, a RMRJ possui o segundo maior valor médio (R\$ 1656), o terceiro maior percentual de trabalhadores recebendo menos que o SM horário (18,9%) e a terceira maior

relação de rendimentos entre trabalhadores com carteira assinada e por conta própria (1,23). Nas estatísticas de inserção, a RMRJ apresenta o segundo percentual mais baixo de empregados com carteira assinada (46,9%), o menor percentual de sub ocupação por insuficiência de horas trabalhadas (1,5%) e o terceiro maior percentual de trabalhadores com 11 anos ou mais de estudo (59,5%). Nota-se, portanto, que as variáveis da RMRJ encontram-se em posição intermediária entre as 6 RMs pesquisadas pela PME.

TABELA 1 | VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO ÍNDICE DE MERCADO DE TRABALHO POR REGIÃO METROPOLITANA - 2003/2010 Fonte: Processamento do autor a partir da PME/IBGE

REGIÃO METROPOLITANA	PERÍODO	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Recife	2003	13.8	26.5	27.9	908	30.8	1.62	35.9	7.2	45.0
	2010	9.0	6.6	27.0	1,126	34.0	1.46	44.8	4.9	58.8
Salvador	2003	16.7	28.1	29.3	1,019	27.1	1.64	42.5	4.7	48.3
	2010	11.5	32.2	25.6	1,295	28.3	1.46	47.1	5.4	60.4
Belo Horizonte	2003	10.8	13.5	26.7	1,143	16.1	1.18	45.4	6.3	43.2
	2010	5.5	4.6	25.4	1,462	18.0	1.04	52.5	4.8	54.6
Rio de Janeiro	2003	9.2	26.8	26.5	1,270	12.2	1.35	40.9	5.2	46.3
	2010	6.3	29.1	26.8	1,656	18.9	1.23	46.9	1.5	59.5
São Paulo	2003	14.1	22.8	27.5	1,472	8.3	1.35	47.1	4.1	48.3
	2010	8.0	13.3	24.1	1,744	11.6	1.11	54.0	2.0	61.2
Porto Alegre	2003	9.5	20.0	29.2	1,221	9.1	1.08	47.2	5.7	43.9
	2010	3.0	16.8	29.5	1,546	13.8	0.95	53.6	2.6	53.7
Total	2003	12.4	23.3	27.6	1,297	13.0	1.38	44.3	5.0	46.7
	2010	7.0	17.7	25.5	1,598	17.3	1.17	51.0	2.7	59.2

A - Desemprego

B - Desemprego de longa duração

C - Desemprego de chefes

D - Rendimento Médio (R\$ de setembro de 2011)

E - Subremuneração

F - Relação de rendimentos CC/CP

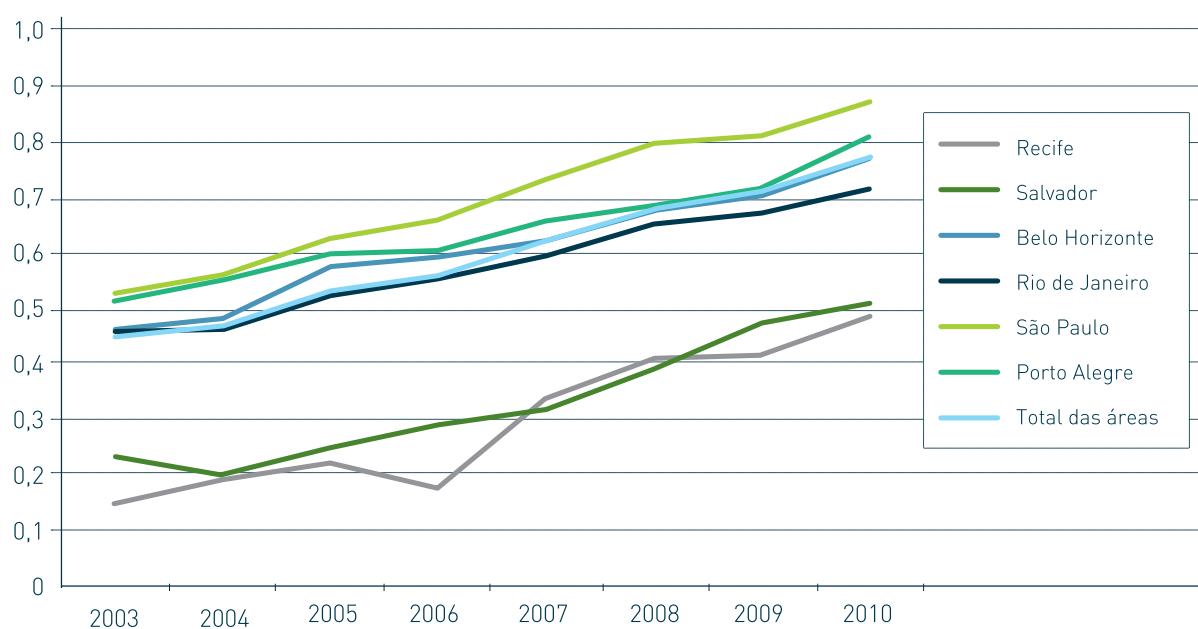
G - Carteira assinada

H - Subocupação

I - Escolaridade

O gráfico mostra a evolução do IMT no período 2003/2010 nas seis RMs e a posição da RMRJ comparativamente às demais. Conforme esperado, a RMSP se destaca com os maiores valores para o IMT. A RMRJ está posicionada junto às demais RMs das Regiões Sul e Sudeste, porém em posição ligeiramente inferior. As RMs da Região Nordeste também se beneficiaram da melhoria da conjuntura econômica no período, porém apresentam indicadores bem mais desfavoráveis que as demais, conforme confirmado pelo IMT.

GRÁFICO 1 | ÍNDICE DO MERCADO DE TRABALHO - REGIÕES METROPOLITANAS 2003/2010 Fonte: Processamento do autor a partir da PME/IBGE



Apesar da melhoria observada no mercado de trabalho da RMRJ no período, cabe notar uma pequena piora relativa quando comparada sua situação com as demais RMs das Regiões Sul e Sudeste. Em 2003, a RMRJ possuía IMT semelhante ao de Belo Horizonte e inferior ao de São Paulo e Porto Alegre. Já em 2010, sua posição era inferior à das três RMs, localizando-se inclusive abaixo do valor médio do IMT nas seis regiões pesquisadas pela PME.

A evolução do mercado de trabalho no Brasil nos próximos anos vai depender do futuro da economia e de sua capacidade para superar as atuais dificuldades da conjuntura internacional. O tamanho do mercado interno é sem dúvida uma das vantagens do país, tendo sido

utilizado nos últimos anos para o enfrentamento da crise. O Rio de Janeiro aproveitou relativamente bem a melhoria da economia a partir de 2004 aumentando a qualidade em seu mercado de trabalho. Quanto ao futuro da região, dependerá em grande parte de suas lideranças políticas e da solução que será dada à questão da distribuição dos royalties do petróleo.

Referências

- Saboia, J., *Um Novo Índice para o Mercado de Trabalho Urbano no Brasil*, Revista de Economia Contemporânea, v. 4, n. 1, Janeiro/Junho de 2000.
- Saboia, J. e Kubrusly, L., *Dois Indicadores Alternativos para o Mercado de Trabalho Metropolitano no Brasil – Aplicação ao Período 2003/2009*, mimeo, Instituto de Economia - UFRJ, 2010.

TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS DO EMPREGO FORMAL E INFORMAL NA CIDADE, NA REGIÃO ME- TROPOLITANA E NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mauro Osorio da Silva¹

Este artigo aponta a grave crise estrutural porque passou o estado do Rio de Janeiro a partir dos anos 60 e principalmente a partir década de 70. Aponta, ainda, já estar de fato em curso uma recuperação econômica do estado, com ampliação do dinamismo do ponto de vista da geração de emprego e renda. Por outro lado, o artigo chama atenção para o fato de ainda fazer-se necessário gerar uma maior disseminação econômica, com ampliação da possibilidade de empregos para jovens, adensamento da estrutura produtiva fluminense e maior dinamismo na geração de micro e pequenos empreendimentos.

Com esse fim, é apontada a necessidade de organizar a reflexão sobre as características econômicas, territoriais e setoriais do estado, bem como a necessidade de refinamento das estratégias de fomento ao desenvolvimento econômico regional e de coordenação de políticas, que integrem as políticas econômicas às políticas sociais e vinculadas à infraestrutura.

1. Economista, Professor da FND/UFRJ, autor do livro *Rio Nacional, Rio Local: mitos e visões da crise carioca e fluminense* (Editora Senac/Rio)..

Estado do Rio de Janeiro: Perdas Econômicas Pós-60

O estado do Rio de Janeiro, a partir dos anos 60, e principalmente década de 70, passou por um processo de decadência e perda de importância econômica no cenário brasileiro. Emblemático disso, entre 1970 e 2008, por exemplo, o estado teve a pior evolução econômica entre todas as unidades federativas, com uma perda de participação relativa no PIB nacional de em torno de 32,2% (IBGE). Na mesma direção, entre 1985 e 2010², o estado do Rio apresentou um crescimento do emprego formal de apenas 52,6%, contra um crescimento maior que o dobro no total do país de 115,1% (RAIS/MTE).

Essa trajetória levou, inclusive, o ERJ – que ainda apresenta o segundo maior PIB brasileiro, pelo forte crescimento da extração de petróleo em alto-mar na Bacia de Campos – a ser ultrapassado por Minas Gerais em termos do número de empregos formais gerados no total das atividades econômicas. Em 1985, o número de empregos formais diretos gerados no total da economia fluminense foi de 2.673.863, contra um número de empregos, em Minas Gerais, de 1.836.041. Já em 2010, o emprego formal direto existente para o total de atividades, nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, foi de, respectivamente, 4.080.082 e 4.646.891.

Dessa evolução decorreu também que a indústria de transformação fluminense, que apresentava em 1985 o segundo maior número de empregos formais no cenário federativo – inferior somente ao verificado no estado de São Paulo –, passou a ocupar, em 2010, apenas a sexta posição. Nesse período, conforme pode ser visto na tabela 1, o número de empregos formais diretos existentes nesse setor, em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, ultrapassou o número do ERJ.

Essa trajetória levou, inclusive, o Rio de Janeiro a ser ultrapassado por Minas Gerais em termos de receita de ICMS, recuando, a partir de 2004, para a posição de terceira maior receita de ICMS – situação que se manteve até o ano de 2010 (CONFAB/MF).

A partir de meados da década de 1990, chegam novos investimentos ao nosso estado, como os vinculados à indústria automobilística que se localizam no Vale do Paraíba, e a extração de petróleo começa a ganhar maior relevância na contabilização do PIB fluminense. Com isso, alguns autores e instituições apontam o início de uma inflexão positiva. No entanto, os investimentos realizados não tiveram força para gerar significativos adensamentos na estrutura produtiva fluminense e a trajetória econômica do ERJ manteve-se como um ponto fora da curva. Dessa forma, entre 1995 e 2010, enquanto a evolução da produção física industrial, no Brasil, São Paulo e Minas

2. Série de dados mais longa com a mesma metodologia, através da base de dados da RAIS/MTE.

TABELA 1 | EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR REGIÃO E UNIDADES DA FEDERAÇÃO SELECIONADAS Fonte: RAIS/MTE.

UF	1,985	1,995	2,000	2,010
Norte	687,283	910,152	1,094,365	2,408,182
Nordeste	3,134,418	3,854,070	4,374,850	8,010,839
Centro-Oeste	1,186,117	1,627,908	2,091,439	3,630,804
Sudeste	11,582,142	13,253,259	14,042,822	22,460,999
MG	1,836,041	2,436,243	2,803,454	4,646,891
ES	316,683	420,547	471,698	860,421
RJ	2,673,863	2,688,192	2,718,138	4,080,082
SP	6,755,555	7,708,277	8,049,532	12,873,605
Sul	3,454,796	4,100,397	4,625,153	7,557,531
PR	1,101,051	1,462,484	1,653,435	2,783,715
SC	743,443	908,745	1,077,929	1,969,654
RS	1,610,302	1,729,168	1,893,789	2,804,162
Ignorado	447,375	9,950	-	-
Total	20,492,131	23,755,736	26,228,629	44,068,355

Gerais, cresceu, respectivamente, 37%; 40%; e 48%, no estado do Rio de Janeiro não houve crescimento (PIM-PF/IBGE). Na mesma direção, entre 1995 e 2010, a evolução do emprego formal no ERJ, tanto para o total das atividades econômicas quanto para a indústria de transformação, manteve-se a menor entre todas as unidades federativas. Nesse período, para o total de atividades, o crescimento do emprego formal no ERJ foi de 51,8%, contra um crescimento, no total do país, de 85,5%. Na indústria de transformação, o crescimento do emprego formal no ERJ foi de apenas 12,3%, contra um crescimento, no total do Brasil, de 61,0% (RAIS/MTE).

Mesmo entre dezembro/2000 e dezembro/2010, apesar de alguma melhora, a evolução da economia fluminense continuou inferior a ocorrida no país. Nesse período, o crescimento do emprego formal no ERJ para o total de atividades econômicas foi de apenas 59,9%, contra um crescimento no total do país de 68,0%.

Recuperação Econômica e Desafios

Recentemente, a situação econômica do estado do Rio de Janeiro melhora significativamente, seja pela ampliação do volume de investimentos privados que chegam ao estado, seja pela perspectiva positiva que a conquista de sediar mega eventos traz para a cidade e o estado, seja pela ampliação dos investimentos públicos seja, ainda, pela reestruturação da máquina pública estadual e sua maior profissionalização, como por exemplo na área de segurança.

No período entre novembro/2010 e outubro/2011 (últimos doze meses), o total do emprego formal, no estado do Rio de Janeiro, apresentou um crescimento de 6,20%, inclusive superior à média nacional, de 5,46%. Na mesma direção, a RMRJ apresentou, no mesmo período, um crescimento do emprego formal de 5,82%, contra um crescimento médio nas principais metrópoles brasileiras de 5,62%. Na cidade do Rio de Janeiro, entre novembro/2010 e outubro/2011, o crescimento foi de 5,73% (CAGED/MTE).

Ainda mais positivo, ao analisarmos os dados da Pesquisa Mensal de Emprego-PME/IBGE, verificamos que, entre 2003 e 2010, a renda da ocupação formal e informal, para o total do setor privado, tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto na RMRJ, cresceu, em termos reais, 26,1%, contra um crescimento real da renda auferida na média das principais metrópoles pesquisadas pela PME/IBGE, de 16,0%.³

No entanto, diversos desafios ainda se fazem presentes. Ao compararmos, por exemplo, os dados da evolução do emprego formal, pelo CAGED/MTE, com os da evolução do rendimento, pela PME/IBGE, acima apresentados, vemos um desempenho, na cidade do Rio e na RMRJ, comparativamente às outras regiões analisadas, significativamente melhor no que se refere à evolução do rendimento (PME/IBGE) do que no que se refere à evolução do emprego formal (CAGED/MTE).

Nesse ponto, entendemos que o melhor dinamismo no rendimento, no estado do Rio de Janeiro e na RMRJ, deriva, por um lado, do fato do ERJ estar atraindo grandes investimentos, principalmente os vinculados ao complexo de petróleo e gás, que paga em média elevados salários.⁴ Por outro lado, a existência de um maior dinamismo do rendimento, em nossa

³. A Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, abrange a ocupação formal e informal. Os territórios pesquisados são as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Além disso, a partir de março/2002, com base em convênio realizado entre o Instituto Pereira Passos, vinculado à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e o IBGE, essa pesquisa passou a ser feita e divulgada também para a cidade do Rio de Janeiro.

região, relativamente aos demais indicadores, mostra que ainda é possível ampliar a disseminação da geração de emprego e renda no estado do Rio de Janeiro e suas regiões.⁵

Reforçando essa hipótese, ao analisarmos, através da PME/IBGE, o percentual de jovens, entre 18 e 24 anos de idade que não trabalham e nem procuram emprego, verificamos que, apesar da dinamização já ocorrida na economia carioca e metropolitana, na média do ano de 2010 ainda encontravam-se sem trabalhar e sem procurar emprego, na RMRJ e na cidade do Rio, respectivamente, 40,4% e 42,1% dos jovens, contra um percentual, na RMSP e RMBH, de, respectivamente, apenas, 22,1% e 26,2%.

Uma possibilidade positiva é a de que a expressiva melhoria que a renda média da ocupação vem apresentando na cidade do Rio e na RMRJ teria permitido haver um número maior de jovens com a oportunidade de apenas estudar, apoiados por sua família. No entanto, a análise dos números disponíveis de matrículas e sua evolução, na área de educação, não aponta aumentos mais significativos para jovens nessa faixa etária, na cidade do Rio e na RMRJ, comparativamente ao verificado nas RMs de SP e BH. Além disso, vale lembrar que, apesar de, na média do ano 2010, a renda média do total da ocupação na RMSP, de R\$1.646, manter-se superior a da RMRJ, de R\$1.566, o percentual de jovens trabalhando ou procurando emprego na RMSP é muito superior ao verificado na RMRJ.

Um outro indicador da situação dos jovens, com base no trabalho de campo recente do IETS, realizado em parceria com a FIRJAN, nas favelas com Unidades de Polícia Pacificadora, mostra que um número expressivo de jovens entre 15 e 24 anos de idade, não trabalham nem estudam, representando nas comunidades do Batan, Providência e Cantagalo em outubro de 2010, respectivamente, expressivos 36,5%; 27,5%; e 24,6%. Ou seja, ainda existiriam nas favelas, até recentemente dominadas por tráfico ou milícia, um conjunto expressivo de jovens que não estaria nem estudando nem trabalhando.

Nesse sentido, é importante elaborar políticas públicas que permitam aos jovens ter melhores perspectivas de vida, motivações, possibilidades de emprego e melhoria de padrão educacional, principalmente nas áreas carentes da cidade e da metrópole.

4. No ano 2000, o salário médio, do emprego formal, na indústria extractiva mineral, na cidade do Rio, era de R\$4.236 e, no ano 2010, passou para R\$9.842 (RAIS/MTE).

5. Através da análise da Pesquisa Mensal do Comércio publicada pelo IBGE, pode-se verificar que, apesar da significativa melhoria ocorrida em período recente, o crescimento do volume de vendas no estado do Rio de Janeiro apenas “encostou” na trajetória nacional. Isso reforça a hipótese de que o aumento na renda verificado através da PME/IBGE, bastante superior na cidade do Rio e na RMRJ, derivar de uma melhoria ainda concentrada em áreas específicas, com pagamento de altos salários, como a vinculada ao complexo do petróleo e gás.

Outros dados que apontam a necessidade de uma maior disseminação do dinamismo econômico são os dados relativos à variação do número de estabelecimentos formais, por porte, que revelam uma evolução particularmente ruim dos micro estabelecimentos formais no comércio varejista, na cidade do Rio de Janeiro, e na atividade industrial, na periferia da RMRJ.

No primeiro caso, entre 2000 e 2010 o crescimento do número de micro estabelecimentos formais⁶, no comércio varejista, foi, na cidade do Rio de Janeiro, de apenas 6,0%, contra um crescimento, nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte e no total das capitais brasileiras, de, respectivamente, 36,2%; 28,3%; e 39,5% (RAIS/MTE), conforme pode ser visto na tabela 2.⁷

No que se refere à evolução do emprego na indústria de transformação, na periferia da RMRJ verifica-se um crescimento dos micro estabelecimentos formais industriais, entre 2000 e 2010, de apenas 15,6%, contra um crescimento, nas periferias das regiões metropolitanas de São Paulo e de Belo Horizonte, de, respectivamente, 31,0% e 48,6% (RAIS/MTE), conforme pode ser observado na tabela 3.⁸

As razões do particularmente baixo dinamismo dos micro estabelecimentos do comércio varejista, na cidade do Rio de Janeiro, merecem um estudo mais detalhado. No entanto, incontestavelmente, os dados mostram que trata-se de uma área em que ainda há baixo dinamismo na cidade do Rio, comparativamente a outras capitais da Região Sudeste.

Podemos trabalhar com a hipótese inicial de que o baixo dinamismo na criação de estabelecimentos formais, nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, possa estar relacionado à degradação urbana – principalmente na Zona Suburbana, onde residem quase 40% da população carioca – e à situação de particular violência e de “estados paralelos” existentes. Nesse sentido, a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora em todas as comunidades dominadas pelo tráfico ou por milícias pode cumprir um importante papel, não só para a retomada da cidadania dos moradores, mas também para a dinamização econômica.

6. Considerou-se como micro estabelecimentos, no comércio varejista, aqueles com 0 a 9 empregados, com carteira assinada, de acordo com critério do SEBRAE.

7. O crescimento do número de estabelecimentos no comércio varejista, entre 2000 e 2010, foi menor do que nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte para todas as faixas, no entanto, relativamente às cidades de São Paulo e Belo Horizonte, o pior dinamismo na cidade do Rio ocorreu para os micro estabelecimentos.

8. Considerou-se como micro estabelecimentos na indústria de transformação, os estabelecimentos de 0 a 19 empregados formais, de acordo com a classificação utilizada pelo SEBRAE. Considerou-se como periferia da RMRJ, RMSP e RMBH, todos os municípios dessas três metrópoles, excetuando-se suas capitais.

TABELA 2 | VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS FORMAIS, POR PORTE, DO COMÉRCIO VAREJISTA, NAS CAPITAIS DO SUDESTE ENTRE 2000 E 2010

Fonte: RAIS/MTE.

UNIDADE TERRITORIAL	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	TOTAL
Belo Horizonte - MG	28.3	51.6	120.3	117.2	32.2
Rio de Janeiro - RJ	6	54	81.3	40.6	13.8
São Paulo - SP	36.2	74.3	135.1	93.6	41.9
Total das capitais	39.5	77.8	115.2	102	45.1

*A classificação de porte de estabelecimentos toma como referência a quantidade de empregados: Microestabelecimentos – de zero a nove empregados; Pequenos estabelecimentos – dez a quarenta e nove empregados; Médios estabelecimentos – de cinqüenta a noventa e nove empregados; Grandes estabelecimentos – cem ou mais empregados.

TABELA 3 | VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR TAMANHO DE EMPRESA NOS MUNICÍPIOS DAS PERIFERIAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SP, RJ E BH ENTRE 2000 E 2010 Fonte: RAIS/MTE.

UNIDADE TERRITORIAL	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	TOTAL
Periferia RMRJ	15.6	34.7	30.7	144.4	18.8
Periferia RMSP	31	51.4	36.7	63.9	36.1
Periferia RMBH	48.6	73.7	52	226.7	53.4

*A classificação utilizada foi a do Sebrae, que aponta, para as atividades econômicas industriais, como micro empresas as que possuem de 0 a 19 empregados, como pequena empresa as de 20 a 99 empregados, como média empresas as de 100 a 499 empregados e como grande empresa as acima de 500 empregados.

Na periferia da RMRJ, a razão da baixa criação de estabelecimentos formais deve estar relacionada à situação particularmente precária de infraestrutura, em setores como água, esgoto e telecomunicações, além de logística de acesso, dificultando, assim, a implantação de micro e pequenos estabelecimentos formais como desdobramento e encadeamento da implantação de grandes empreendimentos-âncoras.⁹

Aprimoramento das Políticas Territoriais e Setoriais

Em um momento em que o Governo do Estado reestrutura a sua máquina pública, deve-se pensar na constituição de uma governança metropolitana, articulada entre o Governo do Estado, as Prefeituras, o setor privado, o SEBRAE e demais instituições da sociedade civil, com o apoio do Governo Federal. Isso pode facilitar a elaboração de uma estratégia e uma coordenação de políticas que leve a investimentos e ações integradas na área de infraestrutura, políticas sociais e geração de encadeamentos e adensamento da estrutura produtiva.

Sobre o assunto, é interessante trazer o seguinte trecho de Cano (2007)¹⁰:

“Na maior parte dos casos, os grandes problemas nacionais são tratados de forma isolada [...]. Assim, são feitos estudos e proposições sobre a questão [fundiária], urbana, regional, saneamento, habitação, e outros. [...] Alguns autores parecem não se dar conta de que estão tentando solucionar problemas parciais sem levar em conta o fato de que fazem parte de um todo, mais ainda, parecem ignorar que tais problemas comumente se originam em outra área do campo social que pode, inclusive, imprimi-lhe uma dinâmica própria.”

9. Deve-se notar que os grandes empreendimentos têm condições de investir na infraestrutura necessária a sua implantação em uma determinada região, ou de negociar individualmente com o poder público. Recentemente, em reunião com executivos de grandes empreendimentos, em um município da periferia da RMRJ, um representante da Prefeitura informou que havia enviado carta a micro e pequenos empresários, convidando-os a instalar-se no município, utilizando-se da matéria-prima produzida por um grande empreendimento. Perguntei, então, a ele, onde esses empreendimentos seriam instalados e ele disse que não sabia!

10. CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970*. Edição 3. Editora UNESP, 2007 – Capítulo 1, sessão 3: As visões compartimentadas e despolitizadas.

Outro aspecto a ser analisado é a existência de uma enorme concentração econômica, no estado do Rio de Janeiro, na sua Região Metropolitana e principalmente na cidade do Rio, apesar dos investimentos já ocorridos no interior fluminense.

No ano de 2010, verifica-se que a participação do interior fluminense no total do emprego formal existente no ERJ foi de apenas 22,8%, contra uma participação da RMRJ de 77,2% (RAIS/MTE). Isto, a despeito dos investimentos já ocorridos, como o já apontado no Médio Paraíba, no setor automobilístico, que no entanto não conseguiu auferir, até período recente, encadeamentos significativos com a geração de micro e pequenos estabelecimentos e como os realizados no Norte Fluminense, pela base em terra da extração de petróleo em alto-mar.

Nesse sentido, seria interessante, com o apoio do SEBRAE, ampliar os diagnósticos, definindo com maior exatidão as estratégias e propostas de coordenação de políticas, por Região de Governo e município do estado, de modo a ampliar as inversões em infraestrutura, políticas sociais e geração de encadeamentos, com base nas potencialidades e investimentos previstos em cada região, possibilitando assim uma ampliação da estrutura produtiva e a consolidação de um círculo virtuoso.

Dessa forma, inclusive pelas oportunidades existentes, é importante a ampliação da reflexão sobre a realidade regional e local do estado do Rio de Janeiro e o aprimoramento das estratégias e coordenação de políticas para o total do estado e cada uma de suas Regiões de Governo, permitindo assim uma maior disseminação do dinamismo econômico, com a ampliação da geração de empregos para jovens, o adensamento da estrutura produtiva e promoção de um maior dinamismo econômico para micro e pequenas empresas formais, em todas as regiões do estado.



CONJUNTURA E ANÁLISE

O MERCADO DE TRABALHO DO RIO DE JANEIRO E OS MICROEMPREENDIMENTOS

Esta seção do boletim tem como objetivo apresentar um panorama geral do mercado de trabalho da Região Metropolitana nos últimos oito anos com base nos dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE). Para efeitos de comparação analisam-se as principais variáveis do mercado de trabalho da região metropolitana do Rio de Janeiro frente as demais regiões metropolitanas de abrangência da pesquisa.

Observa-se no período analisado um bom desempenho do mercado de trabalho metropolitano em termos de redução do índice de desemprego, aumento da formalização e dos rendimentos do trabalho.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro acompanha as tendências positivas e apresenta algumas especificidades:

- Considerando a baixa e constante taxa de participação, o resultado da taxa de desemprego da RMRJ foi aquém das outras regiões metropolitanas;
- O crescimento da formalização dos postos de trabalho também ocorreu na RMRJ, porém mais lentamente, permanecendo com nível próximo ao das regiões do Nordeste;
- O Rio registrou o melhor desempenho entre as regiões metropolitanas em termos de renda do trabalho, alcançando o patamar de São Paulo;
- Parte do crescimento da renda é explicada pelos maiores ganhos relativos dos empregadores;
- Os empregadores, em 2011, são em menor número do que em 2003, reafirmando a característica da RMRJ de alta participação de trabalhadores por conta-própria e baixa participação de empregadores, quando comparada a outras regiões metropolitanas do país.

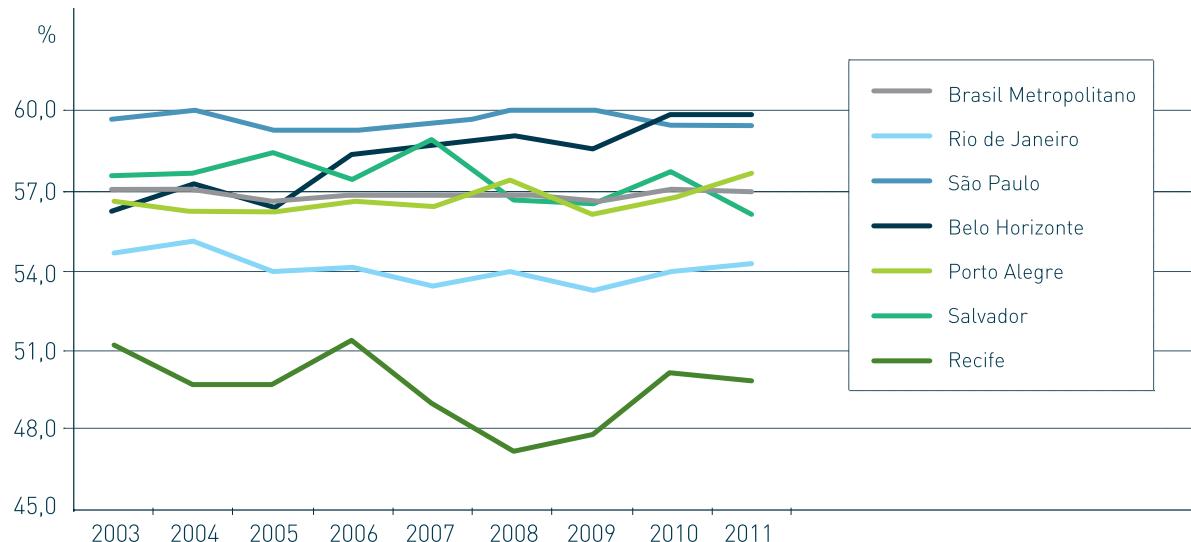
Oferta e Demanda de Trabalho na RMRJ

A recente trajetória da economia brasileira tem permitido maior fôlego e sustentabilidade ao desempenho do mercado de trabalho nacional. Um reflexo deste fenômeno pode ser percebido pela estabilidade da taxa de participação e pela queda gradual da taxa de desocupação média em todas as regiões metropolitanas, mesmo após a desaceleração do crescimento econômico em consequência da crise de 2008.

O gráfico 1 mostra a evolução da taxa de participação média nos anos de 2003 a 2010 e o acumulado de janeiro a novembro de 2011 por região metropolitana. Nota-se que a taxa de atividade se mantém praticamente constante em todas as regiões. A exceção é Belo Horizonte, que vem apresentando taxas de atividade crescentes, partindo de 56,3% em 2003 para 59,9% em 2011. Assim, a metrópole mineira, que tinha a 3^a menor taxa em 2003, passou a ocupar o primeiro lugar, superando a Região Metropolitana de São Paulo (59,5%) em 2011.

As taxas de atividade média das regiões metropolitanas de Porto Alegre (57,7%) e de Salvador (56,1%) oscilam bem próximas ao nível nacional de 57,1%. Enquanto isso, as metrópoles do Rio de Janeiro e de Recife em todos os períodos obtém percentuais abaixo da média das regiões metropolitanas, com 54,3% e 49,9%, respectivamente. A RMRJ, portanto, apresenta uma taxa de atividade baixa para os padrões do Sudeste e se manteve praticamente estável ao longo dos anos analisados.

GRÁFICO 1 | TAXA DE ATIVIDADE ANUAL MÉDIA POR REGIÃO METROPOLITANA DO BRASIL (2003 A 2011) Fonte: PME/IBGE



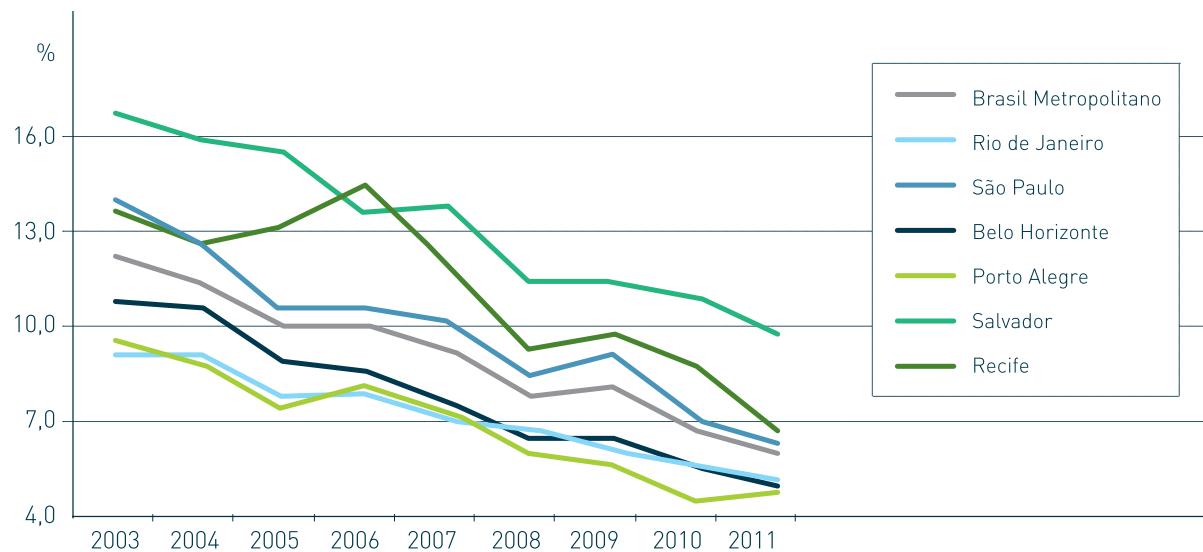
A taxa de participação permite acompanhar o comportamento da oferta de trabalho. Seu desempenho vis-à-vis a demanda de trabalho pode ser analisado através da taxa de desemprego ou de desocupação, variável síntese do desempenho do mercado de trabalho e da economia.

Conforme pode ser visto no gráfico 2, há uma queda generalizada da taxa de desocupação nas seis regiões metropolitanas durante o período analisado. O Rio de Janeiro apresentou sucessivas quedas na proporção de desocupados sobre o total da população economicamente ativa (PEA), chegando a 5,2% na média de 2011. A velocidade de redução do desemprego, entretanto, foi inferior à média das outras regiões de tal modo que o Rio de Janeiro perdeu o posto de menor taxa de desemprego para Porto Alegre (4,6%), registrando um patamar semelhante ao de Belo Horizonte (5,0%).

Analizando os dados mensais, nota-se que a taxa de desemprego da RMRJ pela primeira vez na série da PME/IBGE que teve início em 2002 superou o nível do Brasil Metropolitano e da Região Metropolitana de São Paulo no último bimestre de 2011.

Em linhas gerais, observa-se um bom desempenho do mercado de trabalho no Brasil Metropolitano e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Entretanto, considerando a baixa e constante taxa de participação da RMRJ, o resultado do nível de desocupação nos indica uma performance do mercado de trabalho do Rio aquém das outras regiões metropolitanas. Assim, com o intuito de identificar a evolução da qualidade do trabalho nestes últimos anos, iremos direcionar a análise para as características dos postos de trabalho gerados.

GRÁFICO 2 | TAXA DE DESOCUPAÇÃO ANUAL MÉDIA POR REGIÃO METROPOLITANA (2003 A 2011) Fonte: PME|IBGE



Nível de Ocupação

A informalidade das relações de trabalho e o setor de atividade determinam, em alguma medida, a qualidade do posto de trabalho. Assim sendo, será feita uma análise da evolução da ocupação por características do posto de trabalho, como posição na ocupação e setor de atividade em 2003 e 2011.

Em relação à posição na ocupação, verifica-se primeiramente um aumento da participação dos empregados com carteira assinada em todas as regiões metropolitanas do país, sugerindo uma melhora das condições de trabalho no período. Na média metropolitana nacional, o percentual de empregados formais que passou de 39,7% para 48,4%, entre 2003 e 2011. Em segundo lugar, na região metropolitana do Rio de Janeiro esse aumento foi de 7 p.p. (passou de 37,0% para 43,8% do total de ocupados), como mostra o gráfico 3. Em comparação com as outras regiões metropolitanas, o aumento da formalização dos postos de trabalho na RMRJ foi menor, permanecendo com nível próximo das regiões do Nordeste. Entre 2003 e 2011, a RMRJ passou de terceiro menor percentual de empregados com carteira assinada para segundo menor, tendo sido ultrapassada pelas regiões metropolitanas do Nordeste (!). Desta forma, a RMRJ se tornou a região com maior índice de informalidade no mercado de trabalho, medido pela participação do emprego com carteira assinada.

GRÁFICO 3 | TAXA DE ATIVIDADE ANUAL MÉDIA POR REGIÃO METROPOLITANA DO BRASIL (2003 A 2011) Fonte: PME|IBGE

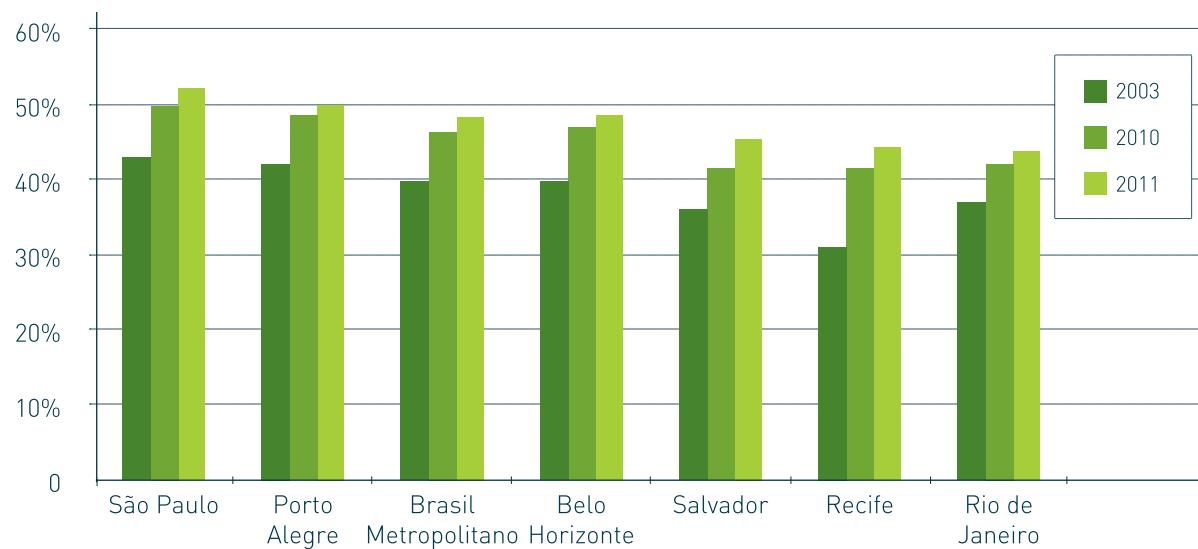
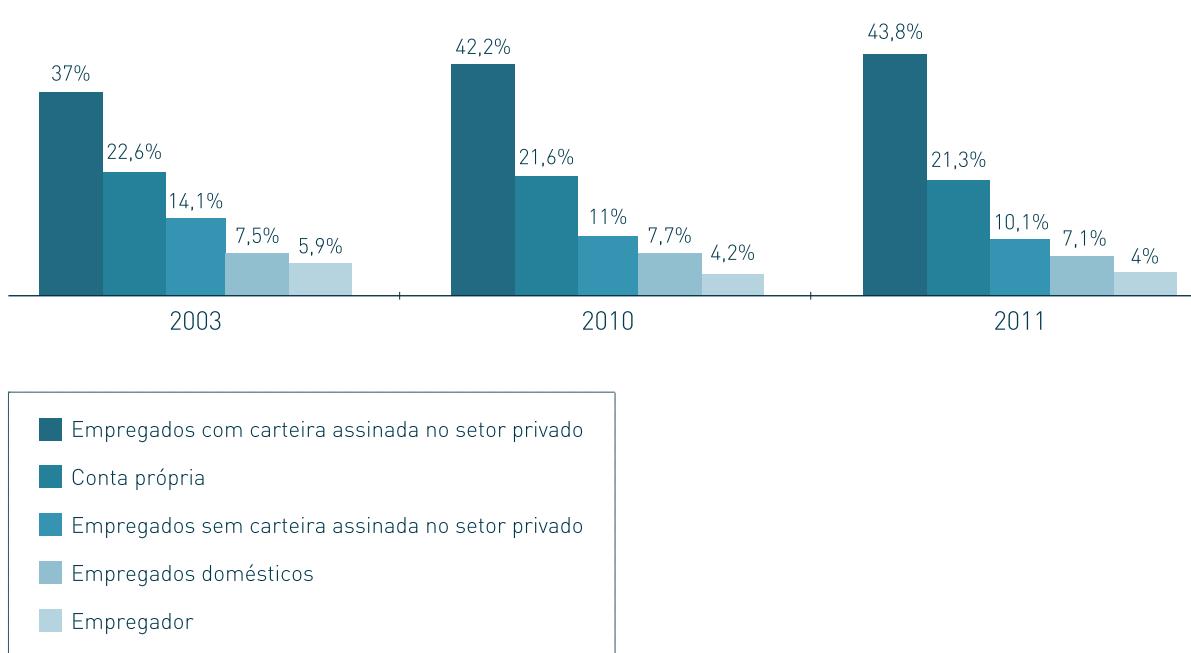


GRÁFICO 4 | PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS POR POSIÇÃO DA OCUPAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (2003 | 2010 | 2011)

Fonte: PME|IBGE



Em terceiro lugar, a contrapartida do aumento da participação de empregados com carteira assinada é a redução das demais formas de inserção no mundo do trabalho. Este fato também não é particular ao caso fluminense, ocorre em todas as regiões de abrangência da PME. A participação dos empregados sem carteira no Brasil Metropolitano passou de 15,5% para 11,1% e no Rio de Janeiro, de 14,1% para 10,1%, como pode ser visto no gráfico 4.

Quando observamos a evolução dos trabalhadores por conta própria, apesar do resultado para o Rio de Janeiro em 2011 ser 2 p.p. inferior ao respectivo resultado em 2003 (como também acontece na média nacional), a participação relativa da categoria no total de ocupados no Rio supera a das demais regiões metropolitanas do país. Em 2011, a metrópole fluminense tem 21,3% dos ocupados classificados como trabalhadores por conta própria, maior percentual entre as seis regiões metropolitanas da PME. Recife segue com o segundo maior percentual (20,2%), enquanto as demais metrópoles do Sudeste possuem uma média de 16,0%.

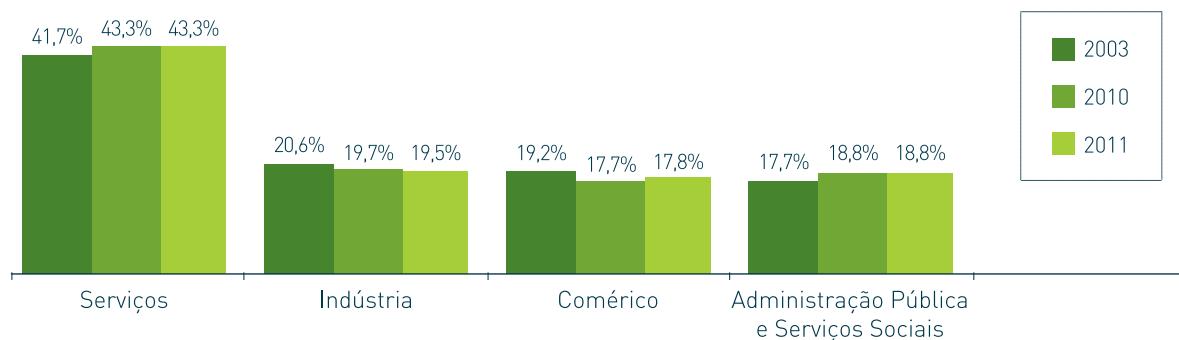
O mesmo não ocorre em relação aos empregadores. O Rio de Janeiro (4,0%) só consegue superar em termos percentuais as metrópoles nordestinas, a saber Recife (3,5%) e Salvador (3,8%). Cabe destacar que em 2003, o Rio obtinha uma média de empregadores (5,9%) maior do que a média nacional (5,5%), situação esta que foi revertida no ano de 2010 (onde a média metropolitana nacional registrava 4,5% e a região metropolitana do Rio de Janeiro 4,2%).

Por fim, a participação dos empregados domésticos registrou queda em todas as regiões metropolitanas. Eles representam cerca de 7,0% do total de ocupados tanto no Brasil quanto no Rio de Janeiro.

Quando passamos para a análise setorial, não há alterações muito significativas na distribuição dos trabalhadores entre 2003 e 2011. Confirma-se, entretanto, uma tendência que vem sendo observada desde os anos 90 de aumento da participação dos serviços e retração da indústria.

A perda de participação da indústria nos postos de trabalho é um fenômeno nacional. O Rio de Janeiro, apesar da forte presença do setor de óleo e gás, também segue essa tendência. O movimento de diminuição da participação de ocupados na indústria no Rio de Janeiro de 2003 para 2011 ocorre nos dois segmentos classificados pela PME como indústria de transformação (de 12,8% para 12,0%) e na construção civil (de 7,8% para 7,5%).

GRÁFICO 5 | PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS POR SETOR DE ATIVIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (2003 | 2010 | 2011) Fonte: PME|IBGE



O setor de comércio, que inclui atividades de reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis, também obteve retração na participação relativa de ocupados entre 2003 e 2011, de 19,2% para 17,8%.

O destaque é o setor de serviços que absorve a maior parte dos ocupados. Mesmo com a queda na participação dos trabalhadores em serviços domésticos conforme já apresentado pelo gráfico 4, o subsetor chamado de “intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresas” que sustentou participação relativa de ocupados no setor de serviços em 43,3%, passando de 14,6% em 2003, para 16,3% em 2011. Na mesma linha, a participação da administração pública e dos serviços sociais aumentou um ponto percentual entre 2003 e 2011.

Rendimentos¹

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro registrou o maior crescimento da renda real média dos trabalhadores ocupados, entre 2003 e 2011, das regiões de abrangência da pesquisa. No ano de 2010, a RMRJ conseguiu superar a média das seis regiões metropolitanas e em 2011 alcançou o patamar da Região Metropolitana de São Paulo, que historicamente registra os maiores rendimentos médios no país, como indicado pelo gráfico 6.

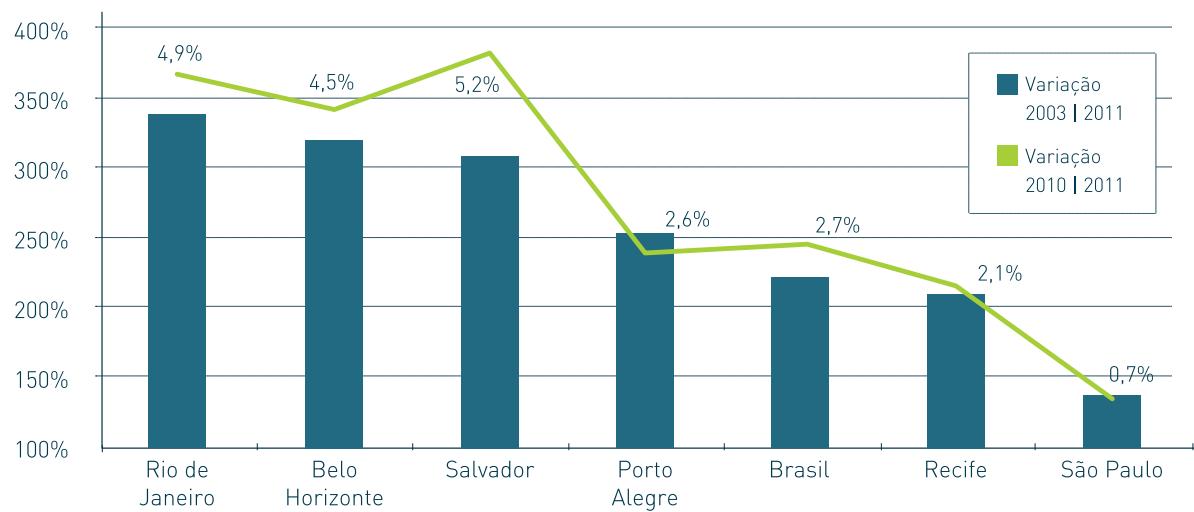
¹. Os rendimentos se referem à renda do trabalho habitualmente recebida deflacionada com base no INPC|IBGE de dezembro de 2011.

GRÁFICO 6 | EVOLUÇÃO DA RENDA REAL MÉDIA DA POPULAÇÃO OCUPADA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL (2003 A 2011) Fonte: PME|IBGE



GRÁFICO 7 | TAXAS DE VARIAÇÃO DA RENDA REAL MÉDIA (2003 E 2010 | 2010 E 2011)

Fonte: PME|IBGE



A evolução da renda real pode ser corroborada, ainda, em termos de taxa de crescimento. O gráfico 7 mostra que, no Rio de Janeiro, os trabalhadores auferiram renda real média 4,9% superior em relação ao ano passado e 33,8% superior em relação a 2003. Belo Horizonte tem o segundo melhor desempenho entre 2003 e 2011 com aumento de 32,2% e Salvador tem o melhor desempenho entre 2010 e 2011, com crescimento na renda média dos ocupados de 5,2%. Cabe ressaltar que São Paulo obtém os menores crescimentos da renda real média entre os períodos analisados, de 0,7% e 13,9% respectivamente.

A evolução da renda esteve relacionada ao comportamento das diversas posições na ocupação. O gráfico 8 revela que, entre 2003 e 2011, os empregados com carteira assinada foram os que apresentaram menores variações da renda real média em todas as regiões metropolitanas e na RMRJ (16,6%). A renda dos empregados informais cresceu mais (40,5%), porém representa 78% da renda dos empregados formais, em média. Os trabalhadores por conta própria também registraram ganhos (30,7%) acima da média dos ocupados.

Mas a evolução recente da renda no Rio de Janeiro auferida pelos empregadores é a que mais chama a atenção: entre 2010 e 2011 cresceu 17,5% e entre 2003 e 2011 este crescimento foi de 52,8%.

GRÁFICO 8 | RENDA REAL MÉDIA POR POSIÇÃO DA OCUPAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (2003 | 2010 | 2011) Fonte: PME|IBGE

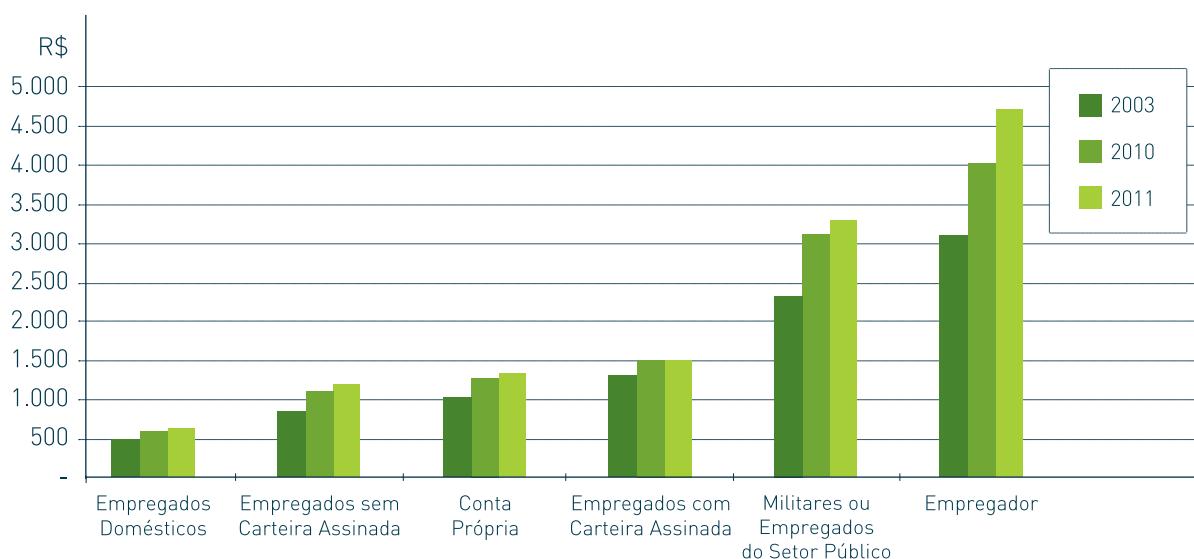


GRÁFICO 9 | RENDA REAL MÉDIA DOS EMPREGADORES (2003 | 2010 | 2011)

Fonte: PME|IBGE



Cabe destacar que os empregadores do Rio de Janeiro em 2011 são os que auferiram os maiores rendimentos e tiveram maiores ganhos relativos: ganham cerca de 7% a mais do que o verificado na média brasileira, e 1% a mais do que a metrópole paulista, que habitualmente obtinha as maiores rendas médias na referida posição da ocupação (gráfico 9).

Através da decomposição da renda por posição na ocupação é possível constatar que, mantendo a distribuição da população ocupada constante entre 2003 e 2011, os empregadores foram responsáveis por 25% do incremento da renda, maior contribuição entre as posições na ocupação. Em seguida, os militares e funcionários públicos contribuíram com 24%. Os empregados com carteira assinada aparecem em terceiro lugar (21%) nesta decomposição. Entretanto, como houve grande incremento do número de postos de trabalho com carteira assinada, o aumento da participação desse grupo contribuiu com um aumento de 45% na massa de rendimentos entre 2003 e 2011, representando maior parcela entre as posições na ocupação.

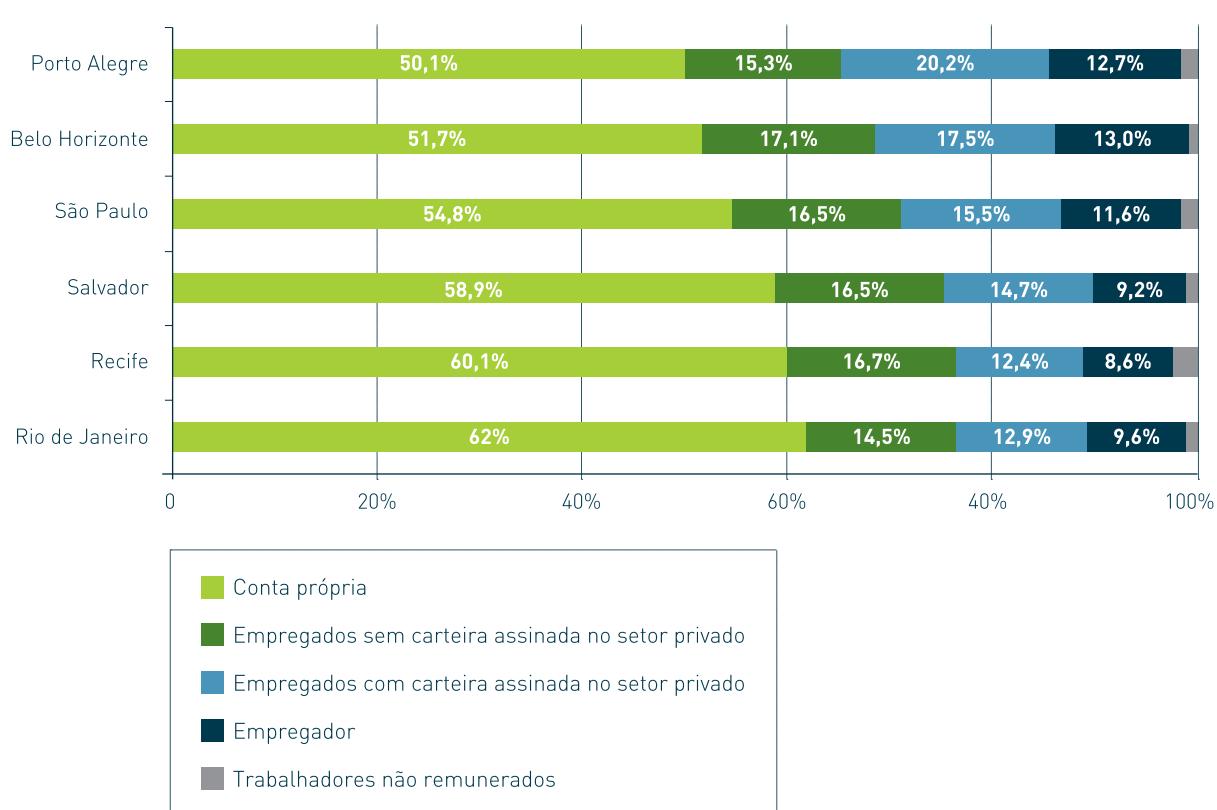
No que se refere aos setores de atividade, os maiores ganhos em termos de renda média na RMRJ no período foram verificados na construção civil (47%) e na indústria (36%). Já em termos de contribuição relativa, destacaram-se os serviços de intermediação financeira e atividades imobiliárias, serviços prestados à empresa, administração pública, defesa, segurança social, educação, saúde e serviços sociais.

O Mercado de Trabalho nos Microempreendimentos

De acordo com a PME/IBGE, o número de ocupados em empreendimentos com até 10 pessoas trabalhando (inclusive o proprietário) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro passou de 1,9 milhão (41% dos ocupados) em 2003, para 1,8 milhão em 2011 (33%).

Os dados nos revelam que no Rio de Janeiro os empreendimentos de 1 a 10 ocupados são formados na maioria por trabalhadores por conta própria (62% em 2011), percentual superior às demais regiões metropolitanas, conforme o gráfico 10. Com segunda maior representatividade, estão os empregados sem carteira assinada (14,6%), enquanto os formais são a menor parte dos empregados (12,9%). Apenas 9,4% dos ocupados em microempreendimentos são empregadores, percentual superior somente ao das regiões metropolitanas do Nordeste.

GRÁFICO 10 | DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA EM MICROEMPREENDIMENTOS POR POSIÇÃO DA OCUPAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (2011) Fonte: PME|IBGE



Em relação a 2003, houve um aumento da participação dos trabalhadores por conta-própria e diminuição da participação dos empregadores e empregados, sobretudo com carteira de trabalho assinada. Dois pontos merecem destaque neste aspecto. Primeiro, que como houve um aumento do emprego na RMRJ, isso se deveu principalmente à geração de novos empregos pelas empresas com mais de 11 funcionários. Segundo, a RMRJ reafirma sua característica de alta participação de conta-própria e baixa participação de empregadores, principalmente quando comparada a outras RMs do país.

Com relação à remuneração dos ocupados em microempreendimentos em 2011, o Rio de Janeiro conseguiu superar ligeiramente a renda real média das regiões metropolitanas (de R\$ 1,4 mil), mas ainda é inferior à de São Paulo (R\$ 1,6 mil) e Porto Alegre (R\$ 1,5 mil), conforme o gráfico 11. A posição com maior remuneração média foi a de empregadores. Nota-se através do gráfico 12 que, no Rio de Janeiro, os empregadores auferem rendimentos acima da média nacional (R\$ 3,4 mil), o que não é observado para os trabalhadores por conta própria (R\$1,3 mil).

GRÁFICO 11 | EVOLUÇÃO DA RENDA REAL MÉDIA DA POPULAÇÃO OCUPADA EM MICROEMPREENDIMENTOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL (2003 | 2010 | 2011) Fonte: PME|IBGE

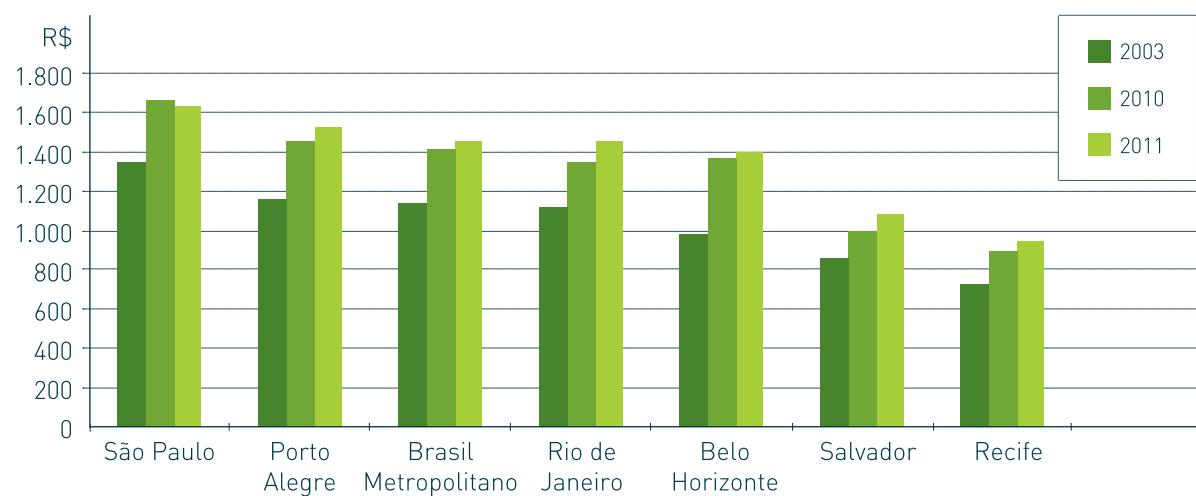
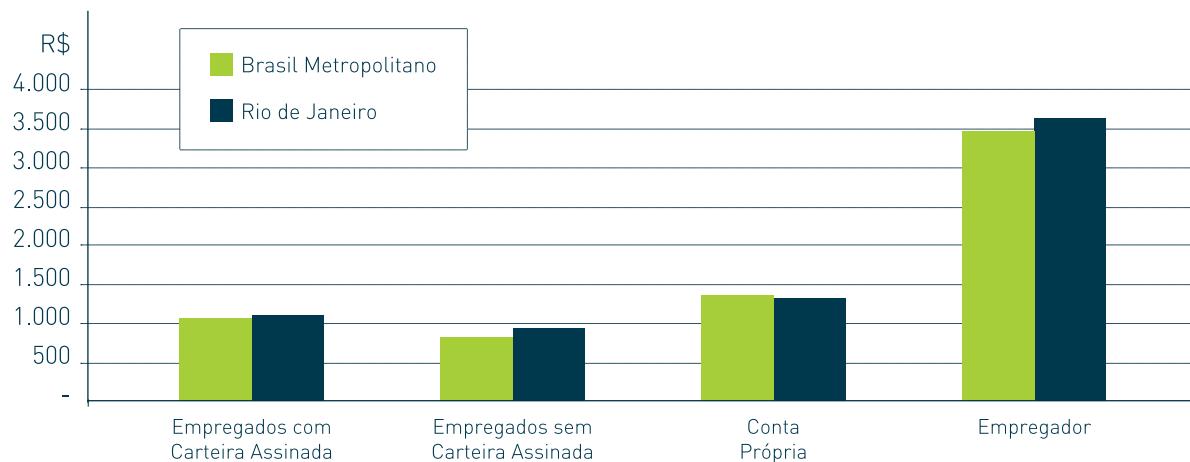
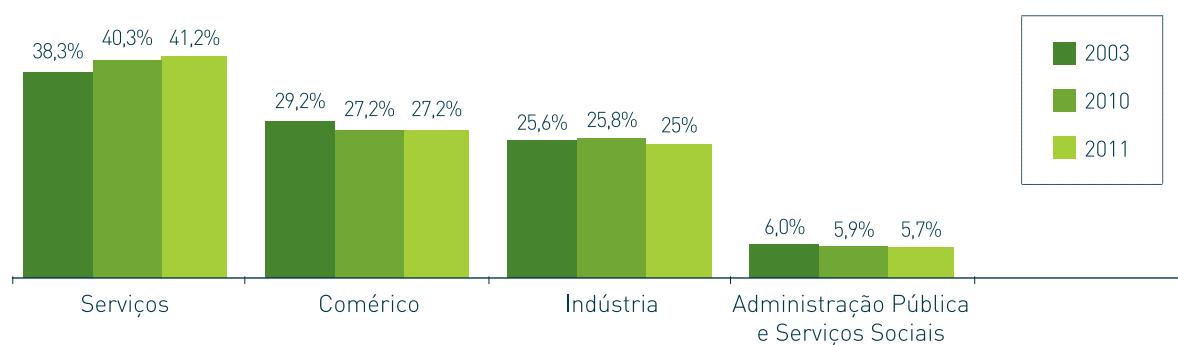


GRÁFICO 12 | RENDA REAL MÉDIA DA POPULAÇÃO EMPREGADA EM MICROEMPREENDIMENTOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL E RIO DE JANEIRO (2011) Fonte: PME|IBGE



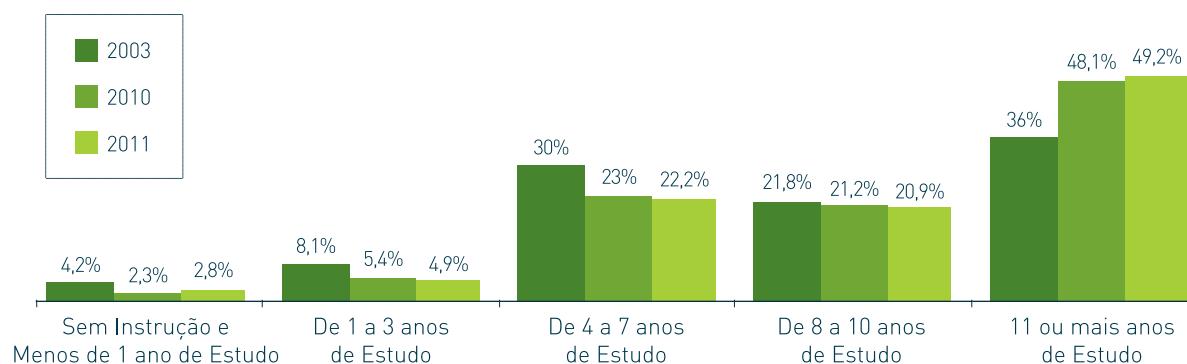
No que se refere à composição setorial, a participação dos ocupados nos microempreendimentos segue a tendência agregada de aumento da participação do setor de serviços. O comércio e a indústria também ganham destaque nos negócios com até 10 empregados, conforme o gráfico 13.

GRÁFICO 13 | PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS MICROEMPREENDIMENTOS POR SETOR DE ATIVIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (2003 | 2010 | 2011) Fonte: PME|IBGE



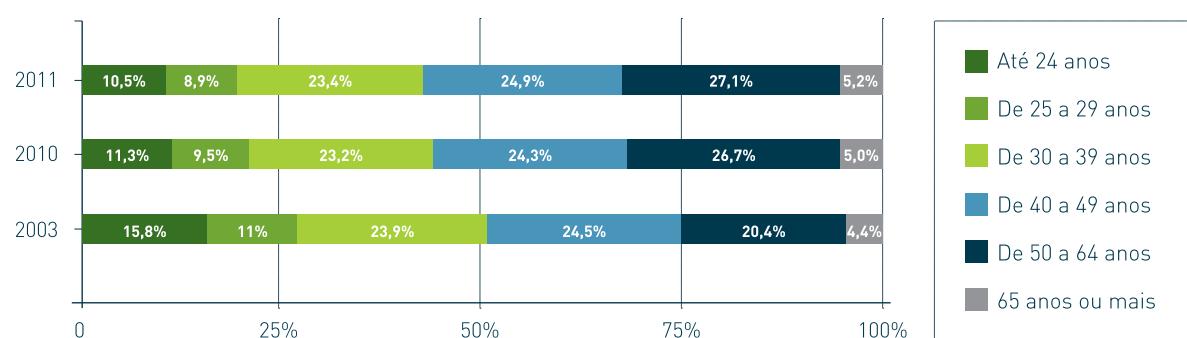
Em relação ao perfil dos trabalhadores em microempreendimentos, verifica-se um aumento do nível de escolaridade ao longo do tempo. O gráfico 14 mostra a diminuição da participação dos trabalhadores com baixa escolaridade e um significativo aumento dos trabalhadores com 11 ou mais anos de estudo, passando de 36% em 2003 para quase 50% em 2011.

GRÁFICO 14 | PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA EM MICROEMPREENDIMENTOS POR FAIXAS DE ESCOLARIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (2003|2010| 2011) Fonte: PME|IBGE



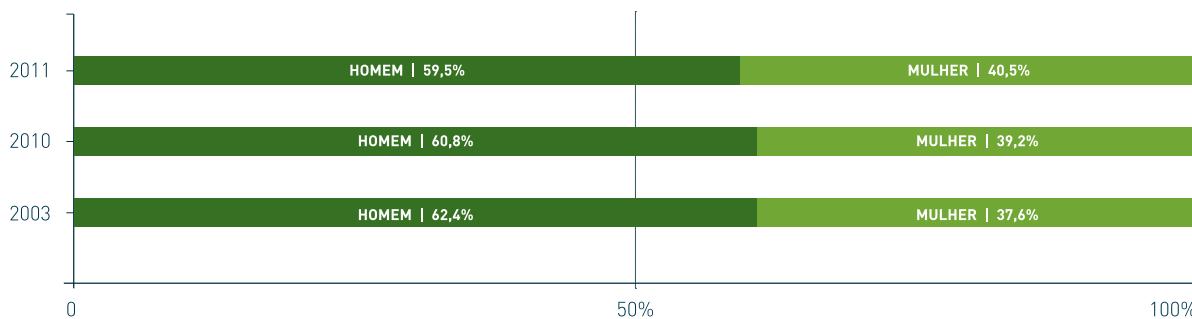
Verifica-se que a maior parte dos ocupados em microempreendimentos tem mais de 40 anos de idade. Acompanhando o movimento da força de trabalho, está ocorrendo um envelhecimento da ocupação nos microempreendimentos, uma vez que há uma diminuição considerável da participação das faixas estarias com até 29 anos.

GRÁFICO 15 | PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA EM MICROEMPREENDIMENTOS POR FAIXA ETÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (2003 | 2010 | 2011) Fonte: PME|IBGE



A ocupação em microempreendimentos é predominantemente masculina. Porém ao longo do período analisado, houve uma feminilização, em que a proporção de mulheres alcança 40,5% em 2011. Apesar do aumento da participação as mulheres, os diferenciais de rendimentos se mantém: as mulheres recebem cerca de 25% menos do que os homens.

GRÁFICO 16 | PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA EM MICROEMPREENDEMINTOS POR SEXO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (2003 | 2010 | 2011) Fonte: PME|IBGE



Considerações Finais

A análise do comportamento do mercado de trabalho metropolitano revela uma melhora das condições de trabalho e renda, que podem ser vistas pela queda da taxa de desemprego, aumento do emprego formal e crescimento da renda média do trabalho. A região metropolitana do Rio acompanha essa trajetória, porém tem um desempenho melhor que a média em relação à renda, com a maior taxa de crescimento entre as metrópoles, e inferior no que se refere ao desemprego e, principalmente, à formalização.

Apesar do aumento do emprego formal no Rio, o grau de formalização atinge o nível mais baixo de todas as regiões em 2011. Isso se deve, essencialmente, à elevada participação dos trabalhadores por conta-própria na ocupação total. Por um lado, mostra que os fluminenses tem espírito empreendedor e, por outro lado, aponta limites para o crescimento empresarial, uma vez que os empregadores tem uma baixa participação e registram uma diminuição entre 2003 e 2011.

O perfil dos ocupados em microempreendimentos está mais escolarizado e mais experiente, permanecendo no empreendedorismo os mais qualificados, o que explica em alguma medida o forte crescimento da renda dos empregadores no Rio. Além disso, acompanha a tendência da força de trabalho com maior participação das mulheres.

Assim, a despeito da melhora das condições de inserção e remuneração no mercado de trabalho no Rio, a estrutura da ocupação e a desigualdade salarial nos afastam do padrão do Sul e de São Paulo. Não bastam avanços na estrutura produtiva; é preciso que venham acompanhados de ações, tanto do setor público como do privado, visando a melhoria da qualificação dos trabalhadores, inclusive para o empreendedorismo.

Esses resultados apontam que, apesar dos avanços, a forma de inserção no mercado de trabalho da região metropolitana do Rio de Janeiro ainda é precária quando comparada a regiões metropolitanas do Sul e Sudeste. Criar um ambiente que fortaleça as MPE e viabilizar um modelo de desenvolvimento mais focado nos pequenos negócios se mostra um caminho eficaz para gerar melhores condições de inserção e de remuneração para grande parte da população fluminense.

OS PRINCIPAIS NÚMEROS

As tabelas abaixo encontram-se no sistema de informações do Observatório das Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro, disponíveis em <http://www.sebrae.com.br/uf/rio-de-janeiro/sebrae-no-rio-de-janeiro/estudos-e-pesquisas>.

- Evolução dos ocupados por posição na ocupação no Rio de Janeiro, Sudeste e Brasil - 1992 a 2009 ► PNAD/IBGE
- Evolução da remuneração média do trabalho por posição na ocupação no Rio de Janeiro, Sudeste e Brasil - 1992 a 2009 ► PNAD/IBGE
- Evolução da escolaridade média dos trabalhadores por posição na ocupação no Rio de Janeiro, Sudeste e Brasil- 1992 a 2009 ► PNAD/IBGE
- Número de Empreendedores Individuais e Taxa de Formalização por Unidade da Federação ► Receita Federal
- Total de empresas optantes pelo SIMEI por Unidade da Federação e Brasil - 2009 - 2011 ► Receita Federal

-
- Número de ocupados por setor de atividade em empresas com menos de 100 funcionários segundo regiões geográficas selecionadas- 2003 a 2010 ► RAIS/MTE
 - Número de ocupados por setor de atividade em empresas com menos de 100 funcionários segundo as regionais do Sebrae/RJ - 2003 a 2010 ► RAIS/MTE
 - Número de ocupados por setor de atividade em empresas de 100 funcionários ou mais segundo regiões geográficas selecionadas - 2003 a 2010 ► RAIS/MTE
 - Número de ocupados por setor de atividade em empresas de 100 funcionários ou mais segundo as regionais Sebrae/RJ - 2003 a 2010 ► RAIS/MTE
 - Renda média dos ocupados por setor de atividade em empresas com menos de 100 funcionários segundo regiões geográficas selecionadas - 2003 a 2010 ► RAIS/MTE
 - Renda média de ocupados por setor de atividade em empresas com menos de 100 funcionários segundo as regionais do Sebrae/RJ - 2003 a 2010 ► RAIS/MTE
 - Renda média dos ocupados por setor de atividade em empresas de 100 funcionários ou mais segundo regiões geográficas selecionadas - 2003 a 2010 ► RAIS/MTE
 - Renda média de ocupados por setor de atividade em empresas de 100 funcionários ou mais segundo as regionais do Sebrae/RJ - 2003 a 2010 ► RAIS/MTE

- População ocupada por regiões metropolitanas e posição na ocupação - 2003/2010 e Jan 2011- Dez 2011 ► PME/IBGE
- Renda habitual média da população ocupada por regiões metropolitanas e posição na ocupação - 2003/2010 e Jan 2011- Dez 2011 ► PME/IBGE
- População ocupada em empreendimentos de 1 a 5 pessoas por regiões metropolitanas e posição na ocupação - 2003/2010 e Jan 2011- Dez 2011 ► PME/IBGE
- População ocupada em empreendimentos de 6 a 10 pessoas por regiões metropolitanas e posição na ocupação - 2003/2010 e Jan 2011- Dez 2011 ► PME/IBGE
- População ocupada em empreendimentos com 11 ou mais pessoas por regiões metropolitanas e posição na ocupação - 2003/2010 e Jan 2011- Dez 2011 ► PME/IBGE
- Renda habitual média da população ocupada em empreendimentos com de 1 a 5 pessoas por regiões metropolitanas e posição na ocupação - 2003/2010 e Jan 2011- Dez 2011 ► PME/IBGE
- Renda habitual média da população ocupada em empreendimentos com de 6 a 10 pessoas por regiões metropolitanas e posição na ocupação - 2003/2010 e Jan 2011- Dez 2011 ► PME/IBGE
- Renda habitual média da população ocupada em empreendimentos com 11 ou mais pessoas por regiões metropolitanas e posição na ocupação - 2003/2010 e Jan 2011- Dez 2011 ► PME/IBGE
- Número de empregados admitidos segundo regiões geográficas selecionadas - últimos 12 meses ► CAGED/MTE
- Número de empregados admitidos segundo regionais do Sebrae/RJ - últimos 12 meses ► CAGED/MTE
- Número de empregados admitidos segundo regiões geográficas selecionadas - último 12 meses ► CAGED/MTE
- Número de empregados admitidos segundo regionais do Sebrae/RJ - últimos 12 meses ► CAGED/MTE

- Saldo do Número de Empregados Admitidos Líquido de Desligados segundo regiões geográficas selecionadas - último 12 meses ► CAGED/MTE
- Saldo do Número de Empregados Admitidos Líquido de Desligados segundo regionais do Sebrae/RJ - últimos 12 meses ► CAGED/MTE

